

## NOVAS AMEAÇAS SOBRE A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Em artigo recente reproduzido no Jornal O Globo, o colunista do *New York Times* Roger Cohen chamava a atenção para a responsabilidade dos Estados Unidos – e dos países desenvolvidos em geral – sobre os conflitos internos que têm assolado os países árabes e suas relações com o Ocidente. “Estou contente porque os Estados Unidos e a Europa estão apoiando a revolta que vai do Bahrein a Benghazi. Mas ainda não ouvi autocríticas o suficiente. Audiências públicas deveriam ser realizadas no Congresso dos EUA e outros Legislativos ocidentais sobre estas questões: como nós apoiamos, usamos e encorajamos a brutalidade das ditaduras árabes durante tantos anos? Até que ponto o incentivo cínico a déspotas fomentou a mesma raiva jihadista que a sociedade ocidental tentou frear?”. Reconhece “... a falência moral do Ocidente quanto ao mundo árabe”. E exorta o governo do seu país a “... dar nomes aos mortos, datas aos crimes e detalhes sobre a nossa cumplicidade”.

Ao longo das últimas décadas a garantia de obtenção do petróleo do mundo árabe a preços baixos, e com regularidade, pelo Ocidente, tem se apoiado num modelo que pode estar se esgotando: a sustentação de ditaduras que mantêm o povo no isolamento e na pobreza, à margem dos avanços sociais, científicos e tecnológicos que ocorrem no resto do mundo, enquanto os ditadores e suas famílias acumulam bilhões de dólares em contas no exterior.

Os governantes dos países produtores sabem que grandes e sustentados aumentos do preço do petróleo forçariam o Ocidente a desenvolver fontes alternativas, reduzindo gradualmente a dependência da economia mundial do suprimento dessa matéria prima. E os países importadores têm tido como prioridade a regularidade do suprimento, a preços baixos, pelo mais longo período de tempo possível. Interesses na democratização desses países, direitos humanos, aspectos morais, sempre ficaram em segundo plano, para todas as partes dominantes envolvidas. Estes assuntos adquirem importância apenas quando são levados ao centro das atenções mundiais pela mídia, em decorrência de grandes crises, como a que ora se observa.

Audiências pelos congressos dos países desenvolvidos do ocidente para investigar essa relação tão perversa não irão ocorrer, porque a cumplicidade não tem sido apenas dos Executivos, mas também dos políticos. Ocorre que esse modelo é insustentável, por inúmeras razões. Em primeiro lugar, o interesse, tanto dos países produtores quanto dos importadores, de manter o preço do petróleo indefinidamente baixo, esbarra num limite incontornável: o fato de que o produto é uma

matéria prima não renovável, cuja tendência para a extinção é inexorável. Em segundo lugar, o avanço das comunicações vai tornando praticamente impossível o isolamento das pessoas em relação ao que acontece no resto do mundo, dificultando cada vez mais a sustentação das ditaduras.

As revoltas que estão ocorrendo no Oriente Médio e no Norte da África têm razões de longo prazo e de curto prazo. As razões de longo prazo têm a ver com a existência de ditaduras que impõem à maioria da população uma enorme injustiça social. E as de curto prazo estão relacionadas com o aumento global do preço dos alimentos, que tem atingido de forma violenta as populações mais pobres de todo o planeta. Mas com o passar do tempo essas causas e motivações tenderão a se misturar numa crise cujas conseqüências certamente não ficarão restritas àquela região.

No curto prazo, a revolta na Líbia e em outros países poderá ser sufocada, diante da superioridade militar das ditaduras. Mas no médio e longo prazo as mudanças são inevitáveis. E para conduzirem a bom termo algumas coisas precisarão acontecer. Na melhor das hipóteses o preço do petróleo terá que permanecer em níveis elevados, para incentivar a gradual geração de fontes alternativas de energia em todo o mundo. E as receitas com as exportações desses produtos terão que ser usadas em benefício de um progresso econômico mais real, única maneira de estender benefícios para parcelas crescentes da população. E isso exigirá um movimento consistente em direção à democracia. Na Arábia Saudita, segundo maior produtor de petróleo do mundo, a situação é relativamente mais estável, no curto prazo. Mas ela também estará sujeita a essa mesma tendência para o médio e longo prazo.

A melhor atitude que poderiam ter os governos dos países desenvolvidos do ocidente seria aceitar essa tendência e apoiá-la de todas as formas, de preferência sem novas intervenções militares na região. Este é um desafio de enormes proporções, uma vez que precisará corrigir graves erros que vêm sendo cometidos ao longo de décadas. A incerteza permanecerá elevada durante bastante tempo, e isso cobrará algum preço da economia mundial.

Sem querer escorregar para a futurologia pretensiosa, consideramos de probabilidades mais elevadas a ocorrência de dois cenários para o preço do petróleo, num horizonte de dois anos. No primeiro, mais favorável, o preço do barril tipo Brentd se manteria entre 80 e 120 dólares; num cenário de agravamento das revoltas no Oriente Médio este preço poderia ultrapassar significativamente o patamar de 150 dólares.

Desde a primeira crise do petróleo, em 1973, houve um aumento considerável do preço do petróleo, em termos reais. E isso já incentivou um movimento importante de adaptação da matriz energética mundial a um mundo de crescente escassez dos combustíveis fósseis. Mas os preços atuais do petróleo e seus derivados ainda não refletem adequadamente a sua escassez relativa e o dano que seu uso vem causando ao meio ambiente pela emissão de gases de efeito estufa. Os preços terão que se manter elevados para viabilizar a pesquisa e a utilização de fontes alternativas que hoje são descartadas ou pouco utilizadas devido ao seu custo relativamente mais alto.

Há, portanto, vários desafios que a economia mundial precisa enfrentar, ao longo dos próximos anos: o aumento inevitável de custos da energia, no médio prazo (em relação aos vigentes na última década); alguma forma de liberalização política nos atuais regimes autoritários e corruptos que são importantes fornecedores de petróleo para o mundo; as crises das dívidas soberanas no mundo desenvolvido e nos países da periferia da Zona do Euro; e a inevitável elevação das taxas de juros na Europa e nos Estados Unidos. E se a transição política nesses países do oriente médio e norte da África evoluir de forma descontrolada a trajetória dos preços do petróleo poderá ser ainda mais explosiva.

Os Estados Unidos e vários países da Europa já atravessaram as piores condições da crise de 2008 e se encontram, há alguns meses, em animadora trajetória de recuperação. Mas os desafios que ainda precisam ser superados pela economia mundial até que se possa afirmar que esta recuperação está consolidada ainda são de grande monta.

## ***O Brasil no Quadro Mundial***

Já não somos mais um grande importador líquido de petróleo e derivados e temos grandes reservas a serem exploradas; temos um grande potencial de geração de fontes alternativas, incluindo a energia hidráulica; temos uma das maiores fronteiras agrícolas do planeta e boa posição relativa no conhecimento tecnológico e na produtividade, nesta área; temos um mercado consumidor com enorme potencial de crescimento; uma classe empresarial privada dinâmica e competitiva, na indústria, no comércio e nas finanças; contas fiscais relativamente ainda em boas condições; e uma democracia em consolidação.

Num país que reúne condições como estas, as reformas estruturais e as melhorias de política econômica que ainda estão por fazer tendem a ser consideradas, pelos mais otimistas, como algo que contribuirá ainda mais para elevar as taxas de retorno dos investimentos. E quando este país ainda pratica a taxa real de juros mais alta do mundo, torna-se fácil compreender porque atrai um volume tão grande de recursos estrangeiros, ao ponto de provocar uma indesejável sobrevalorização da taxa de câmbio.

Não obstante, uma avaliação mais realista deveria concluir que o Brasil também enfrentará, nos próximos anos, uma situação econômica em geral mais difícil que a verificada desde 2003. E esta mudança resulta tanto de fatores externos quanto domésticos.

Olhando para o setor externo, já entramos numa fase de geração de crescentes *déficits* no balanço de pagamentos em transações correntes; é pouco provável que nossa relação de trocas com o exterior (preço das exportações *vis a vis* o preço das importações) continue sustentando a trajetória favorável dos últimos anos, o que intensificará a deterioração das transações correntes; e talvez ainda este ano as taxas de juros começarão a subir no mundo desenvolvido (a menos que a atual recuperação seja frustrada, o que também não seria bom).

Mirando-se as condições domésticas, observa-se que sementes férteis foram semeadas nos últimos anos capazes de provocarem uma significativa deterioração das contas fiscais. Esta tendência não será revertida sem considerável esforço e vontade política, as quais continuam sendo objeto de dúvidas pelos agentes econômicos. A inflação se encontra bem acima do centro da meta, alimentada em grande parte por um excesso de demanda que tem resultado de uma combinação ineficiente das políticas fiscal e monetária, especialmente do ano passado para cá. Reformas estruturais de importância crucial, como a tributária e a da previdência, não estão recebendo, até agora, a atenção que merecem.

É bem verdade que neste momento as reservas internacionais e a entrada de dinheiro externo se encontram em níveis até mesmo excessivamente altos. Portanto, não há motivos para se esperar a ocorrência de crises no curto prazo. Mas a nossa avaliação é de que o horizonte de médio e longo prazo já está a exigir uma melhoria substancial da gestão da política econômica doméstica.